

Estudo para o Desenvolvimento Sustentável da Agricultura Familiar nas regiões do Centro-Oeste e Noroeste do Rio Grande do Sul¹.

Frederico Bonnenberger²
Virgínia Elisabeta Etges³
Dionei Minuzzi Delevati⁴
Wanderléia Elisabeth Brinckmann⁵
Valter Stülp⁶
Erika Karnopp⁷
Vera Miorin⁸
Meri Lourdes Bezzi⁹

Resumo

Este artigo procura evidenciar a insustentabilidade da agricultura moderna, e apresentar, como alternativa ao desenvolvimento rural, o modelo agroecológico. Desta maneira, investigou-se experiências já em curso no Vale do Rio Pardo/RS, procurando analisar os agentes propulsores do desenvolvimento do modelo agroecológico de produção nas unidades familiares de produção, assim como as transformações sócio-espaciais decorrentes, procurando contribuir para o desenvolvimento rural sustentável da região.

Palavras-chave: Agroecologia, desenvolvimento rural sustentável, agricultura familiar.

¹ Este artigo é resultado de uma pesquisa com o mesmo título, realizada em parceria com a Universidade Federal de Santa Maria e financiada pela Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul – FAPERGS. Endereço profissional dos autores: Avenida Independência, 2293, CEP 96815-900, Santa Cruz do Sul – RS. Fone/Fax 0XX51 3717 7470.

² Aluno do Curso de Estudos Sociais – Geografia e Bolsista de Iniciação Científica – PUIC/UNISC Correio eletrônico: fbonnenberger@zipmail.com.br.

³ Doutora em Geografia Humana e Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional – Mestrado e Doutorado da UNISC (etges@reit.unisc.br).

⁴ Mestre em Desenvolvimento Regional e Coordenador do Programa de Desenvolvimento Rural Sustentável da UNISC (dionei@proppex.unisc.br).

⁵ Doutoranda em Geografia pela Universidade de Murcia, Espanha (wandi@um.es) UNISC.

⁶ Ph.D. em Economia Rural pela Universidade do Kentucky, EUA (stulp@zaz.com.br) UNISC.

⁷ Doutoranda em Geografia pela Universidade de Tübingen, Alemanha (karnopp@hotmail.com) UNISC.

⁸ Doutora em Organização do Espaço (vmiorin@hanoi.base.ufsm.br) UFSM.

⁹ Doutora em Organização do Espaço (meri@oslo.ccne.ufsm.br) UFSM.

Summary

This article intends to show the lack of sustainability of modern agriculture, and to present, as an alternative to the agricultural development, the agroecological model. So, experiences already in course were investigated in Vale do Rio Pardo/RS, intending to analyze the propeller agents of the development of the agroecological model of production in the familiar units of production, as well as the resulting social-space changes, trying to contribute for the sustainable agricultural development of the region.

Key words: Agroecology, sustainable agricultural development, familiar agriculture

Introdução

As transformações promovidas no meio natural pelo meio técnico-científico, acentuadas ao longo do século XX, tornaram as ações humanas sobre o território cada vez mais marcantes, uma vez que a ciência e a tecnologia passaram a remodelá-lo, transformando e reconfigurando o meio geográfico, visando atender aos interesses hegemônicos.¹⁰

Estas transformações representaram um incremento crescente de ciência, tecnologia e informação, o que significou, na prática, a incorporação de avanços no processo produtivo, como a mecanização, incorporação de novas tecnologias e a diminuição da relação espaço-tempo, acelerando as transformações espaciais.

No meio rural, estas transformações significaram a introdução de diversos equipamentos, técnicas de manejo e cultivo, novos insumos (adubos, sementes, fertilizantes), que praticamente padronizaram as formas de produção, desconsiderando as características locais/regionais, ligadas a processos ecológicos, preocupada apenas com a obtenção de alta produtividade, através de monoculturas, viabilizadas por um pacote tecnológico baseado na produção agroquímica, conhecido como Revolução Verde.

Atualmente verifica-se que o avanço deste modelo acontece através do uso da biotecnologia (organismos geneticamente modificados/transgênicos), caracterizando a chamada “Revolução Duplamente Verde”.¹¹

¹⁰ SANTOS, Milton. *A urbanização brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1993. P. 35 – 49.

¹¹ CAPORAL, Francisco Roberto, COSTABEBER, José Antônio. Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável: Perspectivas de uma nova Extensão Rural. In: ETGES, Virgínia Elisabeta (Org.) *Desenvolvimento Rural: Potencialidades em questão*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2001.

Este modelo de produção é contestado pelos seus impactos sobre os ecossistemas, uma vez que a relação estabelecida entre o meio natural e o homem acontece de maneira direta na agricultura. São vários os estudos que comprovam o desperdício, a poluição e a destruição dos recursos naturais utilizados para a produção agrícola, principalmente a água, o solo e a cobertura florestal.

Da mesma maneira deve-se lembrar que a saúde humana - tanto de produtores rurais, que se expõe diretamente aos agroquímicos, quanto da população em geral, que consome produtos muitas vezes com resíduos tóxicos e alimentos com baixos teores nutricionais -, colocam a sua saúde em risco em decorrência da forma como os alimentos vem sendo produzidos.

Somente para exemplificar, segundo o Instituto Agrônomo de Campinas,¹² estima-se que a produção agrícola feita em um hectare no modelo convencional/moderno, acaba desperdiçando 25 toneladas de solo por ano. Isto significa uma perda anual de cerca de 1 bilhão de toneladas de terra ou aproximadamente 1 cm da camada superficial do solo no país.

O padrão tecnológico da Revolução Verde, mostra sua incompatibilidade com as características locais das diversas regiões do mundo, fato este que motivou a construção de uma nova noção de agricultura, por grupos do mundo inteiro, visando um modelo de produção alternativo e sustentável, que respeite as características regionais da natureza, da cultura popular e da necessidade de independência e renda das famílias rurais.

¹²Citado em BEZERRA, Maria do Carmo Lima, VEIGA, José Eli da (Coord.). *Agricultura Sustentável*. MMA, IBAMA, Consórcio Museu Emílio Goeldi. 2000. P.57.

Esta agricultura, que se pretende alternativa ao modelo dominante, procura valorizar os conhecimentos locais, a vivência dos agricultores (que muitas vezes conservam técnicas e sistemas de produção considerados tradicionais, realizados e transferidos por gerações) juntamente com as contribuições trazidas por técnicos e pela comunidade científica, através do diálogo permanente entre estes agentes, fomentando assim um sistema de produção aberto e flexível, que proporcione e contemple a diversidade social, cultural e ambiental das regiões, propondo um contraponto à homogeneização de saberes, técnicas e materiais, tão característicos da agricultura convencional/moderna.

As alternativas ao modelo agrícola convencional/moderno

Neste movimento de alternativas e propostas de uma nova agricultura, encontra-se uma grande discussão do que realmente se propõe e quais os significados de agricultura “alternativa”, “sustentável”, ou “agroecológica”.

A discussão sobre o significado de agricultura sustentável ou agroecológica envolve diversas correntes e tendências do pensamento, o que acaba por gerar uma certa imprecisão destas terminologias, pois seu significado pode variar, conforme os discursos e os interesses inerentes aos mesmos. De uma maneira geral, segundo Caporal e Costabeber¹³, a noção de sustentabilidade envolve duas correntes principais: a ecotecnocrática e a ecossocial.

¹³CAPORAL e COSTABEBER, Op. cit., p. 15

A corrente ecotecnocrática acredita na possibilidade da “intensificação verde, ou seja, pressupõe que é possível seguir o mesmo padrão tecnológico dominante, incorporando uma nova geração de tecnologias, teoricamente menos danosas ao meio ambiente”¹⁴.

Já a corrente ecossocial, uma das primeiras abordagens contemporâneas nesta perspectiva, como novo enfoque para analisar a problemática do desenvolvimento, nasceu ainda na década de setenta do século XX, a partir do surgimento do conceito de ecodesenvolvimento.

A noção de ecodesenvolvimento sustenta a idéia da necessidade de um novo critério de racionalidade que fosse amparado por duas dimensões de solidariedade: a solidariedade *diacrônica*, com respeito às gerações futuras, mas sem esquecer a solidariedade *sincrônica*, que deve ser estabelecida entre as gerações presentes. Além disso, supõe o pluralismo tecnológico, calcado na importância da utilização de tecnologias tradicionais e modernas de forma adequada, respeitando as condições do ecossistema local e, ao mesmo tempo, estando de acordo com as necessidades e decisões conscientes dos atores envolvidos nos processos de desenvolvimento.¹⁵

Assim, pode-se dizer que a corrente ecossocial está mais próxima dos ideais de uma agricultura realmente sustentável, pois a corrente ecotecnocrática pretende somente uma maior eficiência e racionalidade na produção, sem maiores transformações que possibilitem um meio ambiente mais limpo e que garanta a saúde e dignidade tanto para agricultores e consumidores.

Em relação as definições de agricultura sustentável, biodinâmica, orgânica, biológica, entre outras, preferimos agrupá-las dentro da agroecologia, que consiste em uma ciência que procura reunir as diferentes denominações

¹⁴CAPORAL e COSTABEBER, Op. cit., p.15.

¹⁵CAPORAL e COSTABEBER, Op. cit., p.26.

dadas ao manejo sustentável dos agroecossistemas.¹⁶ Alguns princípios norteadores da agroecologia, segundo Bezerra e Veiga, dizem respeito à

- manutenção, a longo prazo, dos recursos naturais e da produtividade agrícola;
- o mínimo de impactos adversos ao ambiente;
- retornos adequados aos produtores;
- otimização da produção com um mínimo de insumos externos;
- satisfação das necessidades humanas de alimento e renda;
- atendimento às demandas sociais das famílias e das comunidades rurais.¹⁷

Algumas características do Vale do Rio Pardo

Para o Conselho Regional de Desenvolvimento do Vale do Rio Pardo (COREDE – VRP)¹⁸, esta região é formada por 25 municípios que ocupam uma área de 5,09% do total do estado do Rio Grande do sul. Mesmo tratando-se de uma região de planejamento, os municípios desta região possuem grandes diferenças internas no que diz respeito à questões sócio-econômicas. Para exemplificar, comparando-se os Produto Interno Bruto (PIB) de Santa Cruz do Sul e Lagoão, percebe-se o quanto a renda está concentrada. Enquanto o município de Lagoão possui US\$ 1.156,39 por habitante, em Santa Cruz este número chega à US\$ 12.210,64.¹⁹

Concentração fundiária, densidade demográfica, taxa de urbanização, entre outros índices, também variam bastante dentro da região do Vale do Rio Pardo.

¹⁶ “Agroecossistema é um local de produção agrícola – uma propriedade agrícola, por exemplo, compreendido como um ecossistema”, segundo GLIESMANN, Stephen R. *Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável*. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 2000. P.61.

¹⁷ BEZERRA e VEIGA, Op. cit., p.57.

¹⁸ CONSELHO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO VALE DO RIO PARDO – COREDE. *Plano Estratégico de Desenvolvimento do Vale do Rio Pardo – Caracterização da Região*. 1ª parte. Santa Cruz do sul: EDUNISC, 1998

¹⁹ NÚCLEO DE ESTUDOS E TÉCNICAS EM GESTÃO – NUTEP/UFRGS. Informações Sócio-econômicas do Estado do Rio Grande do Sul. Disponível em: <<http://nutep.adm.ufrgs.br>> . Acesso em 21 de jan. 2002.

Em relação à produção agrícola regional, existe uma diversidade de produtos cultivados, sendo os de maior área plantada o milho (38%), o fumo (22%), soja (13%), arroz (10%), e a mandioca (5%). No que diz respeito à renda obtida, observa-se que o fumo representa 56% do total, mesmo que seja o produto que tenha somente 22% da área plantada, o que revela a importância econômica do tabaco²⁰.

Na verdade, a região é especializada na produção de fumo, com exceção dos municípios de Encruzilhada do Sul e Pantano Grande. As propriedades rurais familiares, em sua maioria, dependem da renda proveniente do fumo e produzem outras culturas para complementar a mesma. Uma consequência direta da grande dependência da região em relação ao fumo é a concentração de riquezas que a mesma proporciona, além de vulnerabilizar a região, devido a instabilidade econômica decorrente das oscilações do mercado a que esta cultura está sujeita, no cenário local e global.

O tamanho médio das propriedades familiares da região é de 18 ha, sendo que a área média ocupada com fumo é de 2,5 ha.

Os sistemas de produção empregados no Vale do Rio vêm gerando impactos ao meio ambiente. Este processo vem acontecendo desde o início da colonização européia na região, resultando em processos de destruição e esgotamento de recursos naturais. No ano de 1858, logo após a implantação do núcleo colonial de Santa Cruz, o viajante Avé-Lallemant deparou-se com a grande destruição da mata nativa para a abertura de lavouras.

As magníficas árvores acham-se erectas, uma do lado da outra e tristes e isoladas. Abaixo delas, no meio do quadro das frescas e verdejantes culturas, tudo é brutal e cruel destruição. Em toda a parte

²⁰COREDE, Op. cit.

troncos de árvores meio carbonizados e cinzentos – restos do voraz incêndio da mata na floresta semitostada²¹

Vários problemas existentes quanto à produção agrícola regional como erosão, queimadas (para a abertura de áreas de produção agrícola), destruição da fauna e flora nativas, são decorrentes do uso da terra, baseado na rotação de terras primitiva, praticado pelos imigrantes e seus descendentes. O geógrafo Leo Waibel, que estudou os sistemas de produção adotados pelos agricultores no sul do Brasil na década de 1940, identificou três sistemas agrícolas:

1. Sistema de rotação de terras primitiva: característico da fase pioneira da colonização, supõe abrir uma clareira na mata fazendo a queimada, usar a terra para policultivo e criação de porcos, que aproveitam os restos das colheitas. Quando a produtividade da primeira roça cai, é aberta outra clareira, abandonando-se a primeira.
2. Sistema de rotação de terras melhorada: é praticado quando as técnicas e condições econômicas melhoram, como resultado da ampliação da área agrícola e do aumento da força de trabalho disponível (...). O trabalho humano é substituído pela tração animal e pelo uso do arado. Mesmo usando adubo orgânico, depois de algum tempo, as lavouras são abandonadas para se transformarem em capoeiras;
3. Rotação de terras combinada com criação de gado: a rotação de culturas, em campos arados e adubados, constitui-se no estágio final do desenvolvimento agrícola, no sul do Brasil. Tudo gira em torno da criação de gado. Novas culturas são praticadas. A produção dos derivados de leite é incrementado...²²

Devemos levar em conta, que Waibel afirmava que estes três sistemas, “representam, teoricamente, estágios sucessivos de desenvolvimento histórico da paisagem colonial”²³. Na avaliação de Waibel, somente 5% dos colonos de origem européia no sul do Brasil teriam alcançado o último dos estágios apresentados.

²¹ AVÉ-LALLEMANT, Robert. *Viagem pela província do Rio Grande do Sul*. Trad. Teodoro Cabral. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1980. Cap. Segundo (p.161 – 188).

²² ETGES, Virginia Elisabeta. *Geografia Agrária: a contribuição de Leo Waibel*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2000. p. 144.

²³ ETGES, Op. cit., p.144.

Assim, faz-se necessário que sejam buscadas novas técnicas e sistemas de produção agrícola na região que proporcionem uma utilização mais sustentável dos recursos naturais.

Experiências agroecológicas no Vale do Rio Pardo

Com o objetivo de conhecer a dinâmica das experiências agroecológicas da região (número de experiências, produtores, a produção e sua transformação, agentes motivadores, etc.), realizou-se entrevistas com informantes qualificados, ou seja, profissionais que atuam junto a órgãos de pesquisa, fomento e extensão no meio rural dos municípios do Vale do Rio Pardo. Para fins de pesquisa, foram incluídos os municípios que possuíssem uma feira ou outra forma de comercialização (com certa periodicidade) de produtos agroecológicos.

Segundo os entrevistados, a produção agroecológica acontece em unidades familiares de produção, em sua maioria, inferiores a 15 ha, onde são produzidos mais de 40 produtos, comercializados *in-natura*, enquanto que aproximadamente 10 são previamente beneficiados. Mais de 330 famílias rurais estão envolvidas na produção agroecológica na região.

A produção agroecológica do Vale do Rio Pardo tem caráter primordialmente comercial, uma vez que as famílias produtoras têm como objetivo garantir renda e qualidade de vida através desta atividade. Entretanto, como se trata de agricultores familiares, a produção para o consumo próprio é inerente à atividade.

A comercialização dos produtos agroecológicos acontece em feiras específicas, bem como em estabelecimentos comerciais, locais e regionais, dentre eles supermercados, armazéns, mini-mercados, restaurantes, entre outros.

Através dos levantamentos a campo, constatou-se que a extensão rural da EMATER (Empresa Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural), das Secretarias Municipais de Agricultura e de ONG's (como o CAPA – Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor), viabilizam a organização dos grupos de produção agroecológica, assim como proporcionam assistência técnica e auxiliam na distribuição e comercialização da produção.

Segundo estes agentes, a produção agroecológica é relacionada, pela ordem de resultados das entrevistas, com agregação de renda, políticas públicas, disponibilidade de matéria-prima, globalização econômica e educação ambiental. Já os limitadores da produção são o pequeno volume de produção, a freqüência na oferta de produtos, pouca capacidade do produtor, e, em menor grau, falta de crédito e qualidade do produto.

Através deste levantamento foi possível verificar um otimismo em relação as condições do mercado agroecológico, uma vez que 70% dos entrevistados acreditam que as perspectivas do mercado local e regional são ótimas. Assim, espera-se um aumento quantitativo de áreas agroecológicas na região, sendo que a projeção de algumas instituições de assistência técnica esperam um incremento desta atividade de 10 a 15% ao ano.

Para melhorar a distribuição e comercialização da produção agroecológica, foram organizadas duas cooperativas regionais, uma situada

em Santa Cruz do Sul (ECOVALE) e outra em Sobradinho (COAGRICEL). Da mesma forma, além da agroindustrialização caseira da produção agroecológica, já existe uma agroindústria comunitária para a transformação da produção ecológica no município de Candelária.

Da mesma maneira, deve-se registrar a existência de três instituições no Vale do Rio Pardo, que ensinam técnicas e princípios agroecológicos, através de cursos e treinamentos na área. Estas instituições decisivas na viabilização da transição dos agricultores para o novo modelo de produção agrícola. Além destas instituições, o próprio trabalho dos técnicos e extensionistas rurais contribui para a difusão de conhecimentos e experiências pertinentes ao tema.

A certificação da produção agroecológica é realizada diretamente pelas instituições que garantem a assistência técnica e organização social, ou mesmo de maneira participativa, como por exemplo, através da Rede Ecovida, que reúne grupos de produtores, consumidores e técnicos-agrícolas que, de maneira participativa e solidária, realizam a certificação, onde um grupo “fiscaliza” o outro, e vice-versa, proporcionando assim redução de custos, uma vez que a certificação dos institutos nacionais (IBD, AAO, entre outros), é inviável para a produção em menor escala, pelo alto custo que representam.

Ao final das entrevistas realizadas com os informantes qualificados, solicitamos a cada um deles que desse sugestões no sentido de incrementar a produção agroecológica na região. As principais respostas, foram: necessidade de sensibilização do produtor sobre as vantagens do cultivo agroecológico; garantia de mercado à produção; venda direta ao consumidor; criação de centrais de distribuição; diversificação da produção; incremento no volume de produção; criação de cooperativas; incentivos à produção e mais recursos financeiros aos produtores.

Já as sugestões dadas para a ampliação do mercado, são: a conscientização para que os consumidores possam saber as vantagens do consumo de tais produtos, facilitação no transporte da produção, diminuição da margem de lucro dos revendedores e intermediários.

Outra etapa importante na pesquisa constituiu-se na análise de custos de produção de três culturas: pêssego, milho e feijão. Para cada cultura foram identificados dois produtores: um convencional e outro agroecológico. A partir dos dados colhidos a campo foi possível construir um quadro de análise, comparando os resultados obtidos nos dois sistemas.

Devemos salientar que ao tentar analisar estes sistemas de produção, existiram diversos limites referentes a várias particularidades que a agroecologia apresenta, se comparada com a agricultura convencional. A agroecologia, por exemplo, procura reunir no mesmo espaço duas ou mais culturas agrícolas propiciando uma diversidade ecológica que possibilite um maior ciclo energético, um controle de pragas, uma cooperação animal-planta e a formação de uma rede de insumos, o que normalmente não se observa nos sistemas convencionais. Além do mais, pelo fato das experiências agroecológicas serem recentes, existe a dificuldade de analisar-se os resultados a médio e longo-prazo. Ainda, deve-se salientar, que o período de conversão de uma lavoura convencional para a agroecológica demora de dois a três anos para que sejam restabelecidas condições ecológicas ótimas de sanidade do agroecossistema.

Os sistemas de produção do feijão e do milho agroecológico apresentaram retornos financeiros positivos, pois foram utilizados muitos insumos que estavam dentro da propriedade rural dos agricultores, o que diminuiu seus custos. Mesmo que a produtividade fosse um pouco mais baixa,

se comparada à do sistema convencional, os preços de venda foram compensadores.

O feijão agroecológico apresentou retorno de R\$ 433,70 por hectare, enquanto o convencional resultou em R\$ 545,69. Já a produtividade do sistema agroecológico foi de 800 kg/ha, enquanto o feijão produzido de maneira convencional apresentou produtividade de 1500 kg/ha.

Em relação ao milho, o produtor convencional necessitou de cinco insumos principais (calcário, adubo, uréia, formicida e óleo diesel), o produtor agroecológico usou basicamente a cama de aviário como adubo e o combustível para trilhagem. Isso implica em menores custos na compra destes insumos, assim como em seu transporte e aplicação.

O produtor agroecológico do milho também conseguiu uma lucratividade maior pois a necessidade de mão-de-obra foi menor, uma vez que seu agroecossistema mostrou-se mais adaptado, ao mesmo tempo em que ele detinha maiores conhecimentos sobre o manejo mais adequado dos recursos naturais de sua propriedade. É preciso frisar, que enquanto a produção convencional teve um resultado negativo (R\$ 274,87), a produção agroecológica mesmo apresentando produtividade inferior (500 kg/ha a menos que a lavoura convencional), obteve um ganho de R\$ 117,24.

Já o sistema de produção do pêssego teve limitações, pois trata-se de uma cultura permanente, que necessita de, no mínimo, três anos para que se obtenha rendimentos satisfatórios. Mas pode-se dizer, que os resultados da primeira colheita do pomar agroecológico foi muito boa, uma vez que, somando-se os custos que o produtor teve desde o plantio do pomar até o

segundo ano, vendendo toda a produção obtida, proporcionaram um saldo negativo de apenas R\$ 804,00. Entretanto, se os insumos produzidos na propriedade e o próprio trabalho do produtor rural não forem computados, teremos uma situação financeira ainda mais favorável ao produtor (lucro de R\$ 1039,09).

Transformando e dinamizando a produção agroecológica na região do Vale do Rio Pardo

Para melhorar e dinamizar ainda mais as experiências agroecológicas regionais, deve-se melhorar a infra-estrutura e organização das experiências já em curso, assim como, criar estímulos para que elas possam ser desenvolvidas, nos municípios onde ainda não existem. Esta é uma tarefa com um alto grau de complexidade, pois para a implantação e consolidação de uma nova matriz de produção, é necessário (re)pensar a organização dos produtores, as formas associativas, a assistência técnica, os canais de distribuição e comercialização, assim como as estratégias de *marketing* e de divulgação.

Nesta perspectiva, para que sejam viabilizadas novas formas de desenvolvimento da agroecologia na região, devem ser fomentadas políticas de parceria e de associativismo, tanto entre agricultores (pois as experiências encontradas mostram que a comercialização e beneficiamento da produção é feita de forma associativa, em grupos formados a partir do interesse de cada um de seus membros), quanto entre os agentes promotores desta prática (associações comunitárias, sindicatos, organismos governamentais e não-governamentais, dentre outros). É a partir da união dos esforços destes agentes que poderá se obter acesso a crédito, técnicas adequadas e mercado consumidor.

Uma dificuldade que constata-se quando procuram-se inovações e novas formas de produção no meio rural de nossa região é a situação de apatia em que muitos produtores familiares se encontram, pois os pacotes tecnológicos introduzidos principalmente na cultura do tabaco, com o tempo, passam a “facilitar” o trabalho do agricultor. Assim, ele recebe um modelo de produção pronto, que não requer sua participação.

A comercialização da produção adotada na fumicultura, gera os chamados “contratos de parceria”, em que a produção da família rural já possui um comprador certo, fazendo com que o agricultor não tenha de preocupar-se com a comercialização de seu produto. Isso prejudica a introdução de novas culturas, como as agroecológicas, pois os produtores muitas vezes estão desacostumados a enfrentar um mercado instável, uma vez que a “facilidade” da garantia da compra da produção pelas empresas transnacionais do tabaco acaba por inibir a iniciativa destes produtores, na busca de novos mercados para seus produtos.

Conclusões

As experiências agroecológicas de produção no Vale do Rio Pardo estão em fase inicial, variando de dois a cinco anos o período de existência das lavouras neste sistema de produção. Desta forma, pode-se dizer que este sistema de produção está se encaminhando para uma ampliação de capacidade de produção e de consumo, tendo como fatores positivos, que contribuem para sua ampliação, a existência de associação de agricultores que plantam agroecologicamente, entidades governamentais e ONG's que dão assistência técnica e orientação aos produtores rurais.

A produção agroecológica na região em estudo mostra que esta acontece principalmente nos municípios onde predominam as unidades familiares de produção, com área média de 18 ha.

Deve-se registrar também o interesse do mercado, pois através das entrevistas com os informantes qualificados pode-se constatar que existe a intenção de aumentar a área de produção, o que mostra que a população está motivada a consumir produtos agroecológicos. Mas um dos entraves à produção diz respeito a sua sazonalidade, uma vez que o mercado exige uma produção constante e com variedade de produtos, o que as vezes torna-se uma dificuldade para o desenvolvimento do sistema de produção, já que para haver maior produção é necessário também um consumo maior, e este, só poderá acontecer, de forma mais massiva, quando estas exigências (produção constante e variedade), tornarem-se uma constante.

Referencias Bibliográficas

- 1 - AVÉ-LALLEMANT, Robert. *Viagem pela província do Rio Grande do Sul*. Trad. Teodoro Cabral. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1980. Cap. Segundo (p.161 – 188).
- 2 - BEZERRA, Maria do Carmo Lima, VEIGA, José Eli da (Coord.). *Agricultura Sustentável*. MMA, IBAMA, Consórcio Museu Emílio Goeldi. 2000, 190 p.
- 3 - CAPORAL, Francisco Roberto, COSTABEBER, José Antônio. Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável: Perspectivas de uma nova Extensão Rural. In: ETGES, Virgínia Elisabeta (Org.) *Desenvolvimento Rural: Potencialidades em questão*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2001. P. 19 – 52.

- 4 - CONSELHO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO VALE DO RIO PARDO – COREDE. *Plano Estratégico de Desenvolvimento do Vale do Rio Pardo* – Caracterização da Região. 1ª parte. Santa Cruz do sul: EDUNISC, 1998.
- 5 - ETGES, Virgínia Elisabeta. *Geografia Agrária: a contribuição de Leo Waibel*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2000. 226 p.
- 6 - GLIESMANN, Stephen R. *Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável*. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 2000.
- 7 - NÚCLEO DE ESTUDOS E TÉCNICAS EM GESTÃO – NUTEP/UFRGS. Informações Sócio-econômicas do Estado do Rio Grande do Sul. Disponível em: <<http://nutep.adm.ufrgs.br>> . Acesso em 21 de jan. 2002.
- 8 - SACHS, Ignacy. *Ecodesenvolvimento – crescer sem destruir*. São Paulo: Vértice, 1986. Tradução de Eneida Araújo.
- 9 - SANTOS, Milton. *A urbanização brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1993. P. 35 – 49.
- 10 - SINDICATO DA INDÚSTRIA DO FUMO – SINDIFUMO. *A agroindústria do fumo no sul do Brasil*. Santa Cruz do Sul: SINDIFUMO, 2000. 16 p.

**Estudo para o Desenvolvimento Sustentável da Agricultura Familiar
nas Regiões do Centro - Oeste e Noroeste do Rio Grande do Sul**

